

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Pró-Reitoria de Gestão e Governança
Gabinete da Superintendência-Geral de Gestão
Coordenação Geral de Licitações
Divisão de Licitações

EDITAL Nº 04 SIMPLIFICADO CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL /2021

Processo nº 23079.004954/2020-35

**EDITAL SIMPLIFICADO
CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO POR
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL Nº 04/2021
(Processo administrativo nº 23079.004954/2020-35)**

Torna-se público que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da Pró-Reitoria de Gestão e Governança, **localizada na Rua Aloísio Teixeira, 278, Prédio 5, Parque Tecnológico, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-850**, realizará convocação pública para obtenção de proposta mais vantajosa com vistas à contratação emergencial, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO PRAZO LIMITE, DO ENDEREÇO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DA SESSÃO PÚBLICA**1.1. As propostas serão recebidas até o:****1.1.1. PRAZO LIMITE DE 14:00H DO DIA 25/01/2021;**

1.2. Endereço eletrônico para recebimento das propostas: dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br;

1.3. Endereço para recebimento presencial das propostas: Rua Aloísio Teixeira, 278, Prédio 5, Parque Tecnológico, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-850;

1.4. A abertura, classificação, julgamento das propostas e julgamento da habilitação ocorrerão em sessão pública a ser realizada no dia 25/01/2021, às 14:30h, na Sala de Reuniões da PR-6, localizada no endereço constante do subitem 1.3 deste Edital.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente certame é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para **manutenção de áreas externas e verdes** no campus Praia Vermelha (CPV), Unidades Isoladas do Centro e Zona Sul do município do Rio de Janeiro e Campus Santa Cruz da Serra localizado no município de Duque de Caxias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A dispensa de licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao proponente a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4. A adjudicação será realizada por lote, respeitando-se o valor máximo por lote determinado pela Administração. O regime de execução será de execução indireta, sob a forma de empreitada por preço unitário.

2.5. O valor máximo para a contratação, apurado em orçamento elaborado pelo setor técnico da Administração, é de R\$ 900.006,58 para o lote 1 e de R\$ 255.927,97 para o lote 2, conforme consta do Termo de Referência.

2.6. A planilha detalhada do orçamento da Administração será divulgada somente após encerramento do prazo de recebimento das propostas e será utilizada para eventuais ajustes nas planilhas dos proponentes, nos termos deste Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15236/153115
Fonte: 8144
Programa de Trabalho: 189348
Elemento de Despesa: 339039
PI: V0000G01CPN

3.2. A dotação orçamentária acima será atualizada com os dados do exercício de 2021, por ocasião da ratificação da dispensa de licitação para formalização do contrato.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participação neste certame, os interessados deverão possuir o credenciamento, ao menos, no nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5. DA PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME

5.1. Poderão participar deste certame interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto a ser contratado, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF.

5.2. Não poderão participar deste certame os interessados:

- 5.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.2.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 5.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);
 - 5.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto deste certame se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 5.2.9. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Os interessados entregarão, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou presencialmente, e até o prazo limite estabelecido no item 1 deste instrumento, os documentos de habilitação exigidos neste Edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, incluindo a planilha de custos e formação de preços devidamente preenchida, conforme modelo Anexo a este Edital.
- 6.2. A entrega de documentos ocorrerá em uma única etapa, devendo os interessados entregar os documentos de proposta e os documentos de habilitação em um ou mais e-mails, se necessário, até a o prazo limite estabelecido, contendo a identificação do nº do processo administrativo a que se refere este Edital e a identificação do proponente (Razão social e CNPJ).
- 6.3. Os participantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O interessado deverá redigir sua proposta observando em especial o preenchimento dos seguintes pontos:
 - 7.1.1. Valor unitário (mensal) e total (semestral) do lote;
 - 7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
 - 7.1.3. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;
 - 7.1.4. A quantidade de pessoal em regime de dedicação exclusiva que será alocado na execução contratual;
- 7.2. Na elaboração da proposta, o proponente deverá considerar 2 (duas) casas decimais em seu preço unitário e total. Caso contrário, a empresa deverá arredondar para baixo os preços ofertados.
- 7.3. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal. Deverá, também, conter a indicação do banco, número da conta e agência do proponente, para fins de pagamento, caso seja contratado.
- 7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.
 - 7.5.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 7.5.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 7.6. No presente certame, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

- 7.7. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 7.9. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 7.9.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 7.10. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 7.11. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro proponente.
- 7.12. Os proponentes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7.14. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 7.14.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 7.14.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 7.15. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o proponente ou contratada apresentar ao comprador ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 7.15.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.16. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.17. Os preços ofertados na proposta serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A abertura da sessão pública ocorrerá presencialmente na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O comprador verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada, registrada nos autos do processo e disponibilizada na página eletrônica www.gestao.ufrj.br.
- 8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O comprador ordenará as propostas classificadas de acordo com o menor preço para cada lote.
- 8.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.5. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.5.1. no País;
- 8.5.2. por empresas brasileiras;
- 8.5.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.5.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada na presença de todos os participantes.
- 8.7. Concluída a classificação, o comprador iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. Encerrada a fase de verificação inicial das propostas, o comprador examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:
- 9.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, a contar da data de abertura do certame.
- 9.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

9.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

9.2.3.1. Na composição dos preços unitários o proponente deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

9.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

9.2.3.3. Todos os dados informados pelo proponente em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

9.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

9.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

9.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo proponente deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

9.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

9.2.5.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

9.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo proponente não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

9.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

9.2.5.4. As proponentes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

9.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.2.5.7. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o proponente deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

9.2.5.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

9.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.4. Será desclassificada a proposta, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

9.4.1. não estiver em conformidade como os requisitos estabelecidos neste edital;

9.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

9.4.4. apresentar, na composição de seus preços:

9.4.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

9.4.4.2. custos de insumos em desacordo com os preços de mercado;

9.4.4.3. quantitativo de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

9.4.5. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

9.4.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório do certame não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.5. Em sendo o Regime de Execução o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

9.6. Quando o proponente não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

9.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório do certame não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custos que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

- 9.7. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo proponente em relação à sua proposta final, conforme anexo a este Edital.
- 9.8. A Planilha de Custos e Formação de Preços é parte integrante da proposta de preços e deverá ser encaminhada pelo proponente juntamente com seus demais documentos de proposta e de habilitação, conforme itens 1 e 6 deste Edital.
- 9.9. O exame da inexecutabilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.9.1. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.9.2. Quando o proponente apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 9.10. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 9.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.12. O comprador poderá convocar o proponente para enviar documento complementar à proposta, por meio de correio eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.12.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo comprador, destacam-se as planilhas de custo readequadas, caso necessário ajuste ou retificação em alguma rubrica.
- 9.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo proponente, no prazo indicado pelo comprador, desde que não haja majoração do preço.
- 9.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, dentre outros, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.14. Deverá ser utilizado, preferencialmente, o modelo de proposta sintética anexo a este Edital. Já o modelo de planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada integralmente conforme o modelo anexo a este Edital.
- 9.15. Se a proposta vencedora for desclassificada, o comprador examinará a próxima proposta, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o comprador verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o comprador verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 10.1.1. Para a consulta de proponentes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.2.1.2. O proponente será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.1.3. Constatada a existência de sanção, o comprador reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 e serão verificados, também, os documentos de habilitação recebidos por correio eletrônico.
- 10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas
- 10.2.2. É dever do proponente atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do proponente, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo comprador lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.
- 10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de proponente matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, para fins de habilitação, os proponentes deverão enviar por correio eletrônico, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir.

10.8. **Habilitação jurídica:**

10.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.4. no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

10.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.8.6. os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8.7. procuração, se for o caso, acompanhada de documento de identidade e CPF do procurador.

10.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

10.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

10.9.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.9. caso o proponente seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto a ser contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

10.10.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do proponente, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão deste, emitida, no máximo, há 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura da sessão pública;

10.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 &\textbf{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\
 \textbf{LG} = &\frac{\textbf{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\textbf{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \\
 &\textbf{Ativo Total} \\
 \textbf{SG} = &\frac{\textbf{Ativo Total}}{\textbf{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \\
 &\textbf{Ativo Circulante} \\
 \textbf{LC} = &\frac{\textbf{Ativo Circulante}}{\textbf{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

10.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

10.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

10.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

10.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não é superior ao Patrimônio Líquido do proponente, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

10.10.5.4. a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

10.10.5.5. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

10.11. Qualificação Técnica:

10.11.1. Registro ou inscrição da empresa proponente no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

10.11.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do proponente, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do presente certame, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste certame.

10.11.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão possuir as seguintes características, prazos e quantidades:

10.11.3.1. Os critérios de qualificação da capacitação técnico-operacional a serem atendidos pelo proponente encontram-se no Termo de Referência, no item 22 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

10.11.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

10.11.4.1. Engenheiro Agrônomo: serviços de capina manual, serviço de roçado mecânico, empregando roçadeira costal e ajuntamento do material e serviço de poda leve em árvores de grande porte.

10.11.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do proponente, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o proponente, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o proponente se sagre vencedor do certame.

10.11.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

10.11.7. As proponentes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia

10.11.8. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

10.11.8.1. Serviços Gerais compreendendo as instalações provisórias, equipamentos, transportes, administração local (inclusive o responsável técnico), e despesas gerais administrativas; e Equipe Técnica (com dedicação exclusiva).

10.11.8.2. Para atendimento ao subitem anterior, as proponentes deverão utilizar o modelo de declaração anexo a este Edital;

10.11.9. Declaração do proponente de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (Anexo I do Termo de Referência);

10.11.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestados de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo estabelecido no Anexo VI do Termo de Referência.

10.11.10.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo proponente em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante (Anexo I do Termo de Referência).

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o comprador suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para sua continuidade.

10.13. Caso seja verificada a ausência de documento de habilitação, ou caso tenha sido apresentado documento de habilitação incompleto, será dado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, improrrogáveis, ao proponente para entrega do documento faltante.

10.14. Após o prazo informado no subitem anterior, será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. O proponente provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.15.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) lote(s) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do proponente nos remanescentes

10.16. Para habilitação, a proponente também deverá observar as demais exigências contidas no Anexo I – Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

10.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

11. DA DECLARAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

11.1. Além da declaração do vencedor ser registrada nos autos do processo, o resultado do julgamento será publicado na página eletrônica www.gestao.ufrj.br, também como no Diário Oficial da União.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. A proposta vencedora e os documentos complementares, caso exigidos, estarão disponíveis na página eletrônica www.gestao.ufrj.br.

11.4. Também será publicada, na página eletrônica www.gestao.ufrj.br, a ordem de classificação dos demais proponentes, mesmo não tendo sido analisados os documentos de habilitação, para, se for o caso, serem chamados caso ocorra algum impedimento para a contratação da vencedora.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a publicação do resultado no Diário Oficial da União – DOU, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação por correio eletrônico, para assinar o Termo de Contrato, cujo arquivo em PDF seguirá anexado na convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. O prazo aqui informado será utilizado para comparecimento ao órgão para a assinatura do Termo de Contrato, ou alternativamente, para devolução do documento (recebido em PDF) com as devidas assinaturas.

13.3. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, conforme previsão no Termo de Referência e no Termo de Contrato.

13.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo proponente durante a vigência do contrato.

13.6. Na hipótese de o vencedor deste certame não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse proponente, poderá convocar outro proponente, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

14. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o proponente que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

- 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 18.1.5. não manter a proposta;
 - 18.1.6. cometer fraude fiscal;
 - 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre os proponentes participantes, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da chamada pública.
- 18.3. O proponente que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do proponente;
 - 18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 18.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 18.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 18.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 18.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 18.13. A dosimetria da penalidade de impedimento de licitar e contratar utilizará como base os parâmetros estabelecidos na norma interna da UFRJ sobre o tema, disponível em https://gestao.ufrj.br/images/Instrumentos_Normativos/NG_2501-01.00.pdf.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a chamada pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o comprador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.3. A publicação do resultado deste certame não implicará direito à contratação.
- 19.4. As normas disciplinadoras deste certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gestao.ufrj.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos, no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das nove horas às dezesseis horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 19.10. Eventuais pedidos de esclarecimentos podem ser obtidos por meio do endereço de correio eletrônico dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br, ou por telefone (21) 3938-0488.
- 19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (SEI nº 0741930);

19.11.1.1. Anexos do Termo de Referência: I - Declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (SEI nº 0741977); II - Orçamento de referência, composição de BDI e cronograma físico-financeiro - LOTE 1 (sem preço - SEI nº 0741988); III - Orçamento de referência, composição de BDI e cronograma físico-financeiro - LOTE 2 (sem preço - SEI nº 0741997); IV - Instrumento de Medição de Resultado - IMR (SEI nº 0742001); V - Especificações Técnicas (SEI nº 0742005); VI - Termo de Vistoria (SEI nº 0742011).

19.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato (SEI nº 0736238);

19.11.3. ANEXO III - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, incluindo a planilha de mão de obra exclusiva, nos termos da IN Seges/MPDG nº 05/2017, a demonstração do cálculo do BDI, BDI diferenciado e encargos sociais, e o cronograma físico-financeiro (SEI nº 0741988 para o LOTE 1 e SEI nº 0741997 para o LOTE 2);

19.11.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços Sintética;

19.11.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;

19.11.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento (SEI nº 0741977);

19.11.7. ANEXO VII - Modelo de Termo de Vistoria (SEI nº 0742011);

19.11.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Instalações, Aquecimento e Pessoal Técnico Considerados Essenciais para a Execução Contratual.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2021.

DANIELE MENDONÇA DELGADO
Diretora da Divisão de Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Mendonça Delgado, Diretor(a)**, em 15/01/2021, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **0750849** e o código CRC **F46FA056**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: O Termo de Referência e seus anexos, em sua íntegra, são aqueles dispostos no processo administrativo (documentos SEI indicados abaixo), que também poderão ser consultados eletronicamente no seguinte arquivo digital compactado postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: [DL-EMER-04-2021-SERV-AREAS-VERDES-ANEXO-I-TR.zip](#)

Termo de Referência (SEI nº 0741930);

Anexos do Termo de Referência:

I - Declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (SEI nº 0741977);

II - Orçamento de referência, composição de BDI e cronograma físico-financeiro - LOTE 1 (sem preço - SEI nº 0741988);

III - Orçamento de referência, composição de BDI e cronograma físico-financeiro - LOTE 2 (sem preço - SEI nº 0741997);

IV - Instrumento de Medição de Resultado - IMR (SEI nº 0742001);

V - Especificações Técnicas (SEI nº 0742005);

VI - Termo de Vistoria (SEI nº 0742011).

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

OBS: A Minuta de Termo de Contrato, em sua íntegra, é aquela disposta no processo administrativo (documento SEI nº 0736238), que também poderá ser consultada eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: [DL-EMERGENCIAL-04-2021-SERV-AREAS-VERDES-ANEXO-II-MTC.pdf](#).

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBS: O modelo de planilha de custos e formação de preços da Administração, incluindo a planilha de mão de obra exclusiva, nos termos da IN Seges/MPDG nº 05/2017, a demonstração do cálculo do BDI, BDI diferenciado e encargos sociais, e o cronograma físico-financeiro, é aquele disposto no processo administrativo e compõe o Anexo II e o Anexo III do Termo de Referência (documentos SEI nº 0741988 e nº 0741997), os quais poderão ser consultados eletronicamente no seguinte arquivo digital compactado postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: [DL-EMER-04-2021-SERV-AREAS-VERDES-ANEXO-I-TR.zip](#) (arquivos ANEXO_II_EMERGENCIAL_2020_PV_R15_EM_BRANCO.xlsx para o LOTE 1 e ANEXO_III_EMERGENCIAL_2020_SCS_R12_EM_BRANCO.xlsx para o LOTE 2).

PROponente:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone e e-mail:	
Dados Bancários:	
Dispensa de Licitação Nº: 04/2021	
Objeto:	
Data da Abertura da Sessão Pública: / /	Horário: h
Validade da Proposta: (não inferior a 60 dias)	

Prezados Senhores

Lote	Descrição	Valor unitário estimado	Valor mensal estimado	Valor máximo (180 dias)
1	Manutenção de áreas externas e verdes no campus Praia Vermelha e Unidades Externas	R\$	R\$	R\$
2	Manutenção de áreas externas e verdes no campus Santa Cruz da Serra	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R\$	

QUANTITATIVO DE TRABALHADORES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	

Desde já declaramo-nos cientes de que a UFRJ procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

Assinatura

Nome do Representante legal da empresa

RG e CPF

Endereço e CNPJ da Empresa

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública:

Observações:

O **proponente** deverá informar todos os contratos vigentes.

Conforme Anexo VII-E da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, deverá ser informado o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO DO ITEM 10.10.5.3 DO EDITAL:

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada:

Valor do Patrimônio Líquido _____ x 12 > 1

Valor total remanescente dos contratos na data da proposta

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1.

Nota 2: Conforme Anexo VII-E da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, deverá ser considerado o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO DO ITEM 10.10.5.5 DO EDITAL:

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100 =$

Valor da receita bruta

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o proponente deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%:

...(escrever aqui o texto da justificativa).....

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O proponente deverá informar todos os contratos vigentes.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

OBS: O modelo de Declaração de Pleno Conhecimento, em sua íntegra, é aquele disposto no processo administrativo e compõe o Anexo I do Termo de Referência (documento SEI nº 0741977), o qual também poderá ser consultado eletronicamente no seguinte arquivo digital compactado postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: [DL-EMER-04-2021-SERV-AREAS-VERDES-ANEXO-I-TR.zip](#) (arquivo ANEXO I - Declaracao.docx).

ANEXO VII – MODELO TERMO DE VISTORIA

OBS: O modelo de Termo de Vistoria, em sua íntegra, é aquele disposto no processo administrativo e compõe o Anexo VI do Termo de Referência (documento SEI nº 0742011), o qual também poderá ser consultado eletronicamente no seguinte arquivo digital compactado postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: [DL-EMER-04-2021-SERV-AREAS-VERDES-ANEXO-I-TR.zip](#) (arquivo ANEXO VI - Termo de Vistoria - Emergencial MAV.docx).

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO CONSIDERADOS ESSENCIAIS PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal devidamente constituído, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

DECLARA

PARA FINS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021 - UFRJ - UASG 153115

que a empresa está apta a tomar todas as providências definidas no Edital e iniciar os serviços após a assinatura do Termo de Contrato, ocasião em que disporá das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, para Serviços Gerais compreendendo as instalações provisórias, equipamentos, transportes, administração local (inclusive o responsável técnico), e despesas gerais administrativas; e Equipe Técnica (com dedicação exclusiva), conforme listados a seguir:

_____, em _____ de _____ de _____

(Local e data)

(representante legal do proponente, no âmbito deste certame, com identificação completa)

Referência: Processo nº 23079.004954/2020-35

SEI nº 0750849

Rua Aloísio Teixeira, 278 - Prédio 5 - Parque Tecnológico - - Bairro Cidade Universitária

Rio de Janeiro - RJ - CEP CEP 21941-850 - Telefone: (21) 3938-0618 - <http://www.ufjf.br>